

Fazenda está preparando um choque fiscal

Ministro quer ampliar arrecadação tributária para fazer frente às despesas crescentes

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, instruiu seus principais assessores, antes de viajar à Europa, Estados Unidos e Canadá, no sentido de viabilizarem o mais rápido possível a adoção de um choque fiscal na economia, cujo objetivo é aumentar imediatamente a arrecadação tributária. A finalidade é fazer frente às despesas do Governo, que estão aumentando bem mais depressa do que as receitas, graças à escalada inflacionária. Aumentando a arrecadação, reduz-se o déficit e a inflação.

Para aumentar a arrecadação tributária, há dois caminhos a seguir, e o ministro Maílson da Nóbrega pretende conjugá-los de forma eficaz: primeiro, reduzindo os incentivos fiscais e subsídios e, segundo, antecipando a cobrança de impostos. Maílson pretende convencer o presidente Sarney a reduzir drasticamente incentivos fiscais e subsídios. Para tanto, dispõe de levantamento pormenorizado feito pela Secretaria da Receita Federal que aponta a possibilidade de o Governo aumentar sua arrecadação em um montante correspondente a quase 0,5 por cento do Produto Interno Bruto.

As pressões políticas sobre o Governo, no entanto, são as principais inimigas do titular da Fazenda, pois quem pagaria o prejuízo seriam os grandes fazendeiros do Nordeste e os grandes empresários da região Sul, que aplicam no Nordeste para fugir do Im-

posto de Renda. O Governo dificilmente teria força política para abrir um confronto com esses representantes do capital, previu um técnico da Secretaria da Receita Federal.

Outra alternativa que se cogita no Ministério da Fazenda para aumentar a arrecadação é a que já foi tentada sem sucesso pelo ex-ministro Bresser Pereira, ao cobrar mais impostos dos empresários e fazendeiros. Haveria necessidade de submeter o assunto ao Congresso Nacional, porque dificilmente o presidente Sarney tomaria decisão neste sentido, conforme ficou evidenciado quando Bresser encaminhou a ele a mesma sugestão e foi rechaçado. A menos que se torne dramática a queda de arrecadação — e se caminha para isso, mantida a atual escalada inflacionária, argumenta o técnico da Receita Federal — tenderia o Governo a agir nesse sentido, lançando mão de um gesto extremo.

ARRECADAÇÃO DEFASADA

Outra alternativa que o ministro da Fazenda deverá estudar brevemente, segundo se cogita entre seus assessores, é a antecipação de receita. No momento, argumentam os técnicos da Secretaria do Tesouro, o caixa do Governo é tremendamente prejudicado pela inflação, no ato de recolhimento do Imposto. A diferença entre o fato gerador dos impostos e o seu efetivo recolhimento está provocando uma queda, em termos reais, de 30 a 35 por cento nas receitas do Governo. As consequências

desse fato são uma grave crise fiscal.

Para compensar os prejuízos altos provocados por essa defasagem — de 30 dias, em média — entre o fato gerador do imposto e a sua cobrança efetiva, o ministro poderá reduzir o prazo de recolhimento dos impostos para que o dinheiro chegue mais rápido ao cofre do Tesouro Nacional, reduzindo, dessa forma, o impacto entre o crescimento da despesa em proporção maior do que o da receita. Cogita-se, também, da utilização do mecanismo clássico de evitar a correção da tabela do Imposto de Renda até o final do ano para que o contribuinte pessoa física pague mais Imposto de Renda.

Mais uma alternativa que está na gaveta, destinada a aumentar a arrecadação: aumentar a contribuição previdenciária das empresas. A cobrança obedeceria ao critério de faturamento e não seria mais feito através da cobrança de alíquotas fixas. O complicador para a efetivação dessa alternativa é o fato de que a economia está atravessando processo de estagnação, por causa da inflação, e o faturamento das empresas tende, no curto prazo, a diminuir e não a aumentar. Seria uma faca de dois gumes: poderia ocorrer o fato de, por essa via, a arrecadação cair e o déficit público aumentar.

CONTAS DE SUPRIMENTO

Também faz parte da estratégia do ministro da Fazenda, de tentar equilibrar a receita em baixa com a

despesa em alta, reduzir desembolsos do Tesouro

com a chamada conta de suprimentos, importante item na execução do Tesouro Nacional. O orçamento de crédito registrou um prejuízo, de janeiro a junho de Cr\$ 571,5 bilhões. Foram arrecadados Cr\$ 400,8 bilhões contra liberações de Cr\$ 1.028 trilhão. O ministro pretende concentrar esforços para reduzir desembolsos com financiamentos às exportações, que consumiram Cr\$ 61,8 bilhões, saneamento de estados e municípios, responsável pela liberação de Cr\$ 62,8 bilhões, estoques reguladores, com os quais se desembolsou Cr\$ 8,7 bilhões e o financiamento à comercialização do açúcar, que obrigou a desembolsos de Cr\$ 12,8 bilhões. O titular da Fazenda pretende manter os desembolsos com o financiamento da política de preços agrícolas, que registraram Cr\$ 351,2 bilhões, dos quais Cr\$ 105,8 bilhões em junho, e o financiamento da dívida externa, que alcançou Cr\$ 355,9 bilhões, dos quais Cr\$ 109,1 bilhões em junho.

O ministro Maílson da Nóbrega pretende, adicionalmente, em relação ao setor agrícola, incentivar, no segundo semestre, a dinamização da caderneta de poupança rural, através da qual os agricultores formariam um fundo capaz de permitir o autofinanciamento dos seus negócios, bem como deseja, também, estimular as exportações de produtos agrícolas, para obterem receitas suficientes de forma a aliviar o sufoco financeiro em que vive o Tesouro Nacional.